

Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira

In search of decolonial public policies of development: possibilities in the Brazilian Amazon

Nírvia Ravena¹

Ana Cláudia Duarte Cardoso²

Renata Callaça Gadioli dos Santos³

Janaina Lopes Pereira Peres⁴

RESUMO

Esse artigo propõe, em caráter exploratório e reflexivo, aproximar as epistemologias de desenvolvimento e de decolonialidade, abordando novas propostas decoloniais de desenvolvimento no hemisfério sul, em especial na América Latina e na Amazônia Brasileira. Termo polissêmico, o desenvolvimento carrega em si princípios oriundos dos países hegemônicos. Pensá-lo de maneira decolonial torna-se um desafio proposto pelo artigo. O artigo estrutura-se em quatro partes, além da introdução e da conclusão. A primeira parte promove uma crítica aos modelos centrais de desenvolvimento. Segue-se uma apresentação dos preceitos teóricos de decolonialidade e em decorrência desta, uma aproximação reflexiva da teoria ao conceito de desenvolvimento, analisando-se a possibilidade de aproximação ou refutação desse conceito e de sua aplicabilidade em territórios no hemisfério sul. Por fim, aborda o caso empírico aplicado na região do oeste do Pará, especialmente na cidade de Santarém. Ressalta que até o momento, as abordagens de desenvolvimento que embasam os planos e ações da região deixam de lado a dinâmica da história regional como fator importante e se alinham a um mainstream de interpretação convencional das teorias de desenvolvimento. A cidade de Santarém é apresentada e analisada empiricamente em seus planos e resultados à população local e regional metropolitana, com impactos dos “modelos” de desenvolvimento nas dimensões culturais, econômicas e ambientais.

Palavras-chave: Desenvolvimento; decolonialidade; Amazônia Brasileira; Santarém.

ABSTRACT

This article proposes, in an exploratory and reflexive way, to approach epistemologies of development and decoloniality, addressing new decolonial development proposals in the Southern Hemisphere, especially in Latin America and the Brazilian Amazon. A polysemic term, development carries in itself principles from the hegemonic countries. Thinking it decolonially becomes a challenge proposed by the article. The article is structured in four parts, in addition to the introduction and conclusion. The first part promotes a critique of the central models of development. It follows a presentation of the

¹ Cientista Social. Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPER. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PPGDSTU/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) Universidade do Pará. Bolsista PQ CNPq. E-mail: niravena@uol.com.br

² Arquiteta e Urbanista. Dra. em Arquitetura pela Oxford Brookes University. Docente FAU/PPGAU/PPGE-UFPa. Bolsista PQ CNPq. E-mail: aclaudiacardoso@gmail.com

³ Geógrafa. Dra. em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional/Universidade de Brasília e Dra. em Geografia do Desenvolvimento/Universidade de Paris 7 – Paris Diderot/França. Professora colaboradora no curso de Gestão de Políticas Públicas – GPP/Universidade de Brasília. E-mail: renatagadioli@unb.br

⁴ Bacharel em Turismo e Hotelaria. Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional/Universidade de Brasília. E-mail: janainaperes@gmail.com

theoretical precepts of decoloniality and as a result of this, a reflexive approach of the theory to the concept of development, analyzing the possibility of approximation or refutation of this concept and its applicability in territories in the southern hemisphere. Finally, it addresses the empirical case applied in the western region of Pará, especially in the city of Santarém. It points out that, until now, the development approaches that support the plans and actions of the region leave aside the dynamics of regional history as an important factor and align themselves with a mainstream of conventional interpretation of development theories. The city of Santarém is presented and analyzed empirically in its plans and results to the local and regional metropolitan population, with impacts of the "models" of development in the cultural, economic and environmental dimensions.

Keywords: Development; decoloniality; Brazilian Amazon; Santarém

INTRODUÇÃO

Neste artigo, partimos da premissa de que o termo 'desenvolvimento', além de polissêmico, não encontra consenso, na teoria ou na prática, quanto a seu significado. Analogamente a termos como 'democracia', 'participação' ou 'cidadania', os significados do 'desenvolvimento' também variam conforme o projeto político (o conjunto de crenças, de desejos, de concepções de mundo, de interesses, de estratégias) vigente. Para os ortodoxos, desenvolvimento é sinônimo de desenvolvimento econômico. Para os heterodoxos, a definição de desenvolvimento passa por categorias históricas e culturais, mas também está centrado no crescimento. Em função desta e de outras questões, escolher discutir o 'desenvolvimento' não é tarefa fácil.

Para Arrighi (2008), por exemplo, há dois tipos de desenvolvimento: um que se dá por dentro do arcabouço social, aproveitando o potencial de crescimento das estruturas do mercado, sem destruí-las ou modifica-las por inteiro; outro que destrói o arcabouço social e cria as condições necessárias ao surgimento de novos arcabouços, refutando um modelo único (como o que emerge a partir do Consenso de Washington) que não dá conta da diversidade de realidades sociais. A partir disso, transitamos pelas ideias de pós-desenvolvimento, discutida por Latouche (2009), que além de negar o crescimento acredita que o desenvolvimento seja sempre um problema, independentemente do adjetivo que se lhe atribua, e pelas abordagens decoloniais de Mignolo (2017), por exemplo. O que buscamos delimitar, ao fim e ao cabo, é a necessidade de construção de novos projetos de desenvolvimento, a partir de saberes endógenos, a partir das particularidades históricas, culturais e das potencialidades de cada grupo social.

Mas como consolidar a diversidade de saberes ou articular o diálogo entre tais saberes diversos? Como garantir a pluralidade? Como resistir à defesa de um modelo único em tempos incertos? Resistir aos padrões também não é tarefa simples. Não pretendemos oferecer respostas ou prescrições, mas convidar à reflexão, a partir da crítica aos modelos centrais de desenvolvimento, a partir da discussão das abordagens emergentes e a partir, sobretudo, do apontamento das contradições entre o projeto desenvolvimentista aplicado no oeste do Pará (Santarém) e a promoção de saberes ancestrais ou a preservação da biodiversidade amazônica. Há muito a ser feito no campo do desenvolvimento.

POR UMA CRÍTICA AOS MODELOS CENTRAIS DE DESENVOLVIMENTO

A ideia de desenvolvimento é um produto da modernidade ou, mais especificamente, do período pós-Segunda Guerra Mundial, em que se buscava construir um projeto de hegemonia ideológica que tivesse a força necessária, para se contrapor, de forma eficaz, ao marxismo-leninismo. Para além de uma oposição ideológica, porém, o termo 'desenvolvimento' também representa o desejo de mudança e transformação

positiva, em que está intrínseca a noção de valor social. (SOUZA, 1996). A questão que se pretende levantar, no entanto, refere-se à essência e às origens do valor social, normalmente determinado por atores hegemônicos.

A Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, em 26 de junho de 1945, é ilustrativa dessa centralidade dos chamados *big players* na definição do que é desenvolvimento ou do que significa valor social. Por meio desta Carta, a Organização das Nações Unidas determinou que as Nações têm o dever de promover medidas construtivas de desenvolvimento, com o objetivo de criar condições de estabilidade e bem-estar. Convocou, ainda, as Nações a permitir o alcance dos níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social, cultural, educacional e sanitário (SANTOS, 2007).

Apesar das boas intenções, o termo ‘desenvolvimento’ não alcançou uma definição clara unanimidade quanto a seu significado entre países e suas lideranças, sendo considerado, por alguns, apenas uma palavra performática que acaba sempre exigindo adjetivos que a dignifiquem. Ademais, identificou-se que o conceito intenta transformar a ideologia binária de países desenvolvidos e não desenvolvidos em uma “consequência natural de ordem mundial considerada justa e desejável” (RIST, 2007, p. 486).

Ainda de acordo com este mesmo autor, apesar de o desenvolvimento não ter cumprido com suas promessas, muitos países ainda não conseguiram abandonar o desejo de serem desenvolvidos, mesmo sem saber exatamente o que isso significa. Rist (2007, p. 488) ressalta que:

(...) a essência do ‘desenvolvimento’ é a transformação geral e destruição do ambiente natural e das relações sociais, a fim de aumentar a produção de *commodities* (bens e serviços) orientada, por meio de troca de mercado, a demanda efetiva. Esta formulação pode parecer escandalosa se comparada com o pensamento positivo que normalmente caracteriza as definições de ‘desenvolvimento’. Mas eu afirmo que ele realmente reflete o processo real observável quando um país ou região está ‘em desenvolvimento’.

É interessante notar que o desenvolvimento transcorrido em boa parte dos países estava calcado no mito de uma sociedade industrializada e no mito econômico tecnocrático, reforçando a ideia moderna da razão instrumental. Assim, desenvolvimento tornou-se sinônimo de desenvolvimento capitalista, servido à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural (SOUZA, 1996).

Dessa forma, há que se atentar para o fato de que o conceito de desenvolvimento, tanto quanto o de ‘justiça social’ ou de ‘democracia’ é um conceito em disputa. É provável que nunca alcancemos consenso sobre o conceito, sobre suas diversas interpretações ou sobre sua aplicação e esse é um dos motivos pelos quais o conceito de desenvolvimento precisa, necessariamente, ser sempre contextualizado, adjetivado, explicado ou justificado. Enquanto uns acreditam que tudo se resume ao crescimento econômico, à expansão dos mercados, outros acreditam que a melhoria qualitativa da sociedade só será possível por meio da produção massiva de conhecimento, da evolução das tecnologias da informação e, principalmente, do desenvolvimento de um projeto de desenvolvimento que seja sociocêntrico e endógeno. “Tudo depende de tudo e tudo importa”: é assim que Beniamin Knutsson (2009, p. 38) define as bases para se pensar os complexos problemas atuais, em seu ensaio intitulado *The Intellectual History of Development: towards a widening potential repertoire*. Embora tal constatação pareça bastante genérica e até desanimadora, nos auxilia a refletir acerca dos desafios que se impõem quando nos propomos a analisar as intrincadas relações que se estabelecem entre nossas pesquisas e o conceito de desenvolvimento.

Quer dizer, em outras palavras, que qualquer análise que se debruce sobre a contemporaneidade deva partir do pressuposto básico de que, atualmente, mais do que em qualquer outro momento, devemos observar e aprender com a História, mas sem perder de vista que, por mais cristalizadas que estejam as

dicotomias como Norte-Sul, centro-periferia, ricos-pobres, desenvolvidos-subdesenvolvidos, vivemos em um mundo heterogêneo, que se complexifica a cada dia e que exige de nós um olhar atento, amplo e transversal (multiescalar). Partir desse lugar significa reconhecer que esse novo tempo é mais sofisticado e mais complexo, e que, nele, as problemáticas e os objetos de análise são multidisciplinares, multiníveis, multidimensionais, multiformes, multiescalares e multiautores (KNUTSSON, 2009) e significa, portanto, assumir que não existe um modelo (seja de crescimento ou de desenvolvimento) que sirva a tudo ou a todos, mas que tudo depende de tudo e tudo importa.

Comprovou-se, historicamente, que nem a mão visível do Estado nem a “invisível” do Mercado foram capazes de promover a redução das desigualdades socioeconômicas e culturais ou aumentos significativos do bem-estar coletivos. Sendo assim, faz-se necessário pensar alternativas pautadas em uma noção ampliada de desenvolvimento (ainda que neste processo talvez seja necessário negar o próprio termo). Para que seja pertinente a crítica, porém, é importante conhecer os significados por trás do signo.

Sob a perspectiva de que caberia aos povos superiores o dever moral de desenvolver os bárbaros ou primitivos, dissemina-se pelo mundo, a partir da Europa, a ideia de civilização, diretamente associada ao crescimento, ao desenvolvimento econômico e ao progresso, disseminados como uma lei natural ou um valor universal. Nesse sentido, toda a injustiça, a exploração econômica e a violência perpetradas poderiam ser justificadas pelo bem maior que a civilização europeia estaria prestando ao restante mundo (WALLERSTEIN, 2007). Esta ideia repercutiu de forma relativamente positiva, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, quando Knutsson (2009) considera que o conceito tenha sofrido uma guinada intelectual, diante da depressão e do pessimismo gerados pela destruição.

Neste período, emerge o “imperativo da modernização”: a estagnação do crescimento econômico e a pobreza passam a ser interpretadas como questões de segurança e o conceito de desenvolvimento passa a se basear em três pilares principais: o crescimento econômico, o planejamento estatal e a assistência internacional. Interessante que o desenvolvimento foi visto, por muito tempo, como um processo mimético, em que os países pobres precisavam alcançar (*catch up*) os ricos (CHANG, 2004; KNUTSSON, 2009, NAYYAR, 2014), o que só parecia possível caso seguissem seus passos. Nessa esteira, a Organização das Nações Unidas - ONU proclamou a década que se seguiu à II Guerra Mundial como a “primeira década do desenvolvimento” (1960), consolidando o Estado enquanto agente central e garantidor do desenvolvimento das nações e consolidando o “atraso” como o problema central do desenvolvimento – o que reforça, como consequência, a necessidade de que os menos desenvolvidos alcançassem os demais. Com o passar do tempo, foi ficando claro que desenvolvimento não tinha, necessariamente, a ver com democracia ou com direitos sociais e humanos.

Neste mesmo período, porém, emergiram o que Sombra Saraiva chamou de ilusões igualitárias. O sul global, como um todo, buscou afirmar-se enquanto Terceiro Mundo, a partir do Movimento dos não alinhados (1961), que além de enfatizar o conceito de Terceiro Mundo, enfatizava a urgência da decolonização e importância do diálogo sul-sul; a partir, também, da criação do grupo dos 77 (1964), que objetivava discutir a desigualdade na acumulação de riqueza e o caráter injusto e assimétrico das relações internacionais; e, a partir da proposta de uma Nova Ordem Econômica Internacional - NOEI, transformada em resolução pela ONU, em 1979.

Em contraposição à visão estabelecida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, emergiu a Teoria ou Escola da Dependência, que, reunindo, sobretudo, economistas latino-americanos, buscou transferir o foco do “atraso” para a “exploração” dos países pobres pelos ricos, denunciando que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são dois lados da mesma moeda. O desenvolvimento passa a ser visto como uma falsa promessa ou, ainda, como um mito, uma espécie de armadilha ideológica, construída pelos países desenvolvidos para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias e as majorias, entre os países periféricos e os centrais, entre os dominados e os dominadores (SACHS, 2004).

É justamente nessa esteira - e a partir desse despertar - que surgem os debates acerca das alternativas

ao desenvolvimento, das possibilidades de outro desenvolvimento ou, ainda da necessidade de rejeição do termo, em oposição ao paradigma até então hegemônico do progresso e da modernização. Enquanto alguns defendem outros desenvolvimentos, pautados em maior participação popular, respeito ao pluralismo cultural e menor destruição do ambiente natural, outros, mais radicais, consideram que “não faz sentido falar em pós-desenvolvimento, antidesenvolvimento ou ‘além do desenvolvimento’ se o próprio termo ‘desenvolvimento’ é inadequado” Souza (2006, p. 100).

Pontuação mais firme é produzida por Latouche (2009, p. 04), que reforça que “o desenvolvimento é uma palavra tóxica em qualquer adjetivo que o vistam” e que precisamos romper com a lógica de produção e consumo da sociedade fagocitada, que tem como única finalidade o crescimento pelo crescimento. É preciso questionar e desmistificar o desenvolvimento além de suas crenças e valores.

Este artigo tem como proposta, em caráter exploratório e reflexivo, aproximar as epistemologias de desenvolvimento e de decolonialidade, abordando novas propostas decoloniais para o hemisfério sul, em especial na América Latina e na Amazônia Brasileira. Busca refletir sobre a possibilidade de “transformar os termos da conversa e não somente seu conteúdo” (MIGNOLO, 2017, p.17).

ABORDAGENS COLONIAL – PÓS-COLONIAL – DECOLONIAL

Conforme apresentado anteriormente, o mito do desenvolvimento busca comparar e hierarquizar países, com base em padrões estabelecidos pelos de economia central e de forte percurso colonialista. Entretanto, forças contra-hegemônicas procuram romper com o ciclo de controle do poder central econômico e tentam dar voz a outras formas de vida, de gestão. Essas forças, por sua vez, buscam abrir espaço a novos atores e valores.

Como ressalta Gallet (2005), algumas cidades buscam novas diplomacias, fundadas em valores de paz e de reconciliação, buscam promover uma administração territorial organizada na cooperação descentralizada. Para tal, pretendem organizar, em conjunto, ações de cooperação, antes de descobrir o desenvolvimento. Buscam novas formas de relação, construídas e reconhecidas coletivamente. Ações que questionam o desenvolvimento ou, ao menos, não o colocam como meta primordial, tendem a ser desqualificadas dentro de processos hierarquizantes e ranqueadores de sociedades, cidades e nações. Essas cidades buscam novas formas de viver não baseadas na definição de poder pré-determinada por países do hemisfério norte, que também são coordenadores dos grandes organismos internacionais, tais como a ONU, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para citar alguns exemplos.

Este processo de questionamento das epistemologias da civilização ocidental hegemônica do hemisfério norte, dos países colonizadores, pelos pesquisadores do hemisfério sul, os colonizados, é o mesmo percorrido por atores que se tornaram referências nos processos de pós-colonialidade e de decolonialidade. Trata-se de um movimento que remonta à Conferência de Bandung, em 1955 e que ganhou força na década de 1970, a partir, sobretudo, de pesquisadores asiáticos e africanos. Foi a Conferência de Bandung que introduziu a ideia do conflito norte-sul em contradição ao conflito leste-oeste. A força do movimento pós-colonial, no entanto, concentra-se em pesquisadores à margem do eixo ocidental, apesar de também residirem nesta parte do globo. Entre eles estão Aimé Césaire e Frantz Fanon (Martinica), Stuart Hall (Jamaica), Homi Bhabha (Índia) e Edward Said (Palestina). São teóricos que intentaram se desprender das principais narrativas ocidentais e compreender as relações de poder hierarquizantes que estão baseadas na identificação de diferenças em critérios como: etnia, raça, classe, gênero, origem ou orientação sexual.

A elevação de pesquisadores africanos, asiáticos e, posteriormente, latino-americanos representa claramente a intenção de ressaltar “a cultura dos subalternos - dos povos colonizados [...] relegadas a um secundário lugar rotulado como saber local”. (MATA, 2014: 29) A cultura e a produção intelectual dessa população não era considerada como relevante pelo corpo científico ocidental hegemônico. Dessa forma,

o reconhecimento de um quadro científico proveniente dos países do hemisfério sul tornou-se uma estratégia elementar para se alcançar o que Mignolo (2017) considerava como 'desobediência epistemológica'.

Em consequência, o desprendimento epistemológico é transportado para reconsideração de termos oriundos dos países centrais. Mignolo (2017), por exemplo, pergunta se é possível desprender-se e ao mesmo tempo permanecer preso às categorias das línguas ocidentais, modernas e imperiais. Nesse sentido, as linhas de conduta são para o abandono de orientações e terminologias ocidentocêntricas, afirmando que a liberdade epistemológica possa de fato ocorrer nos mais diversos campos (cultural, político, econômico ou social)

Seguindo essa linha de pensamento, Rist (2007), que não chega a assumir uma postura decolonial, afirma que o termo "desenvolvimento" permanece vago, tendendo a referir-se a um conjunto de crenças e suposições sobre a natureza do progresso social, em vez de algo mais preciso. Ressalta, ainda, que o "desenvolvimento" tem, sem dúvida, sido amplamente utilizado como uma droga pesada, o vício que, legalmente tolerado ou incentivado, pode estimular os sentimentos felizes que tipificam paraísos artificiais. Por isso, também pode ser legítimo considerar a palavra "desenvolvimento" como tóxica

Em outras palavras, a definição de "desenvolvimento" não deve estar embasada em uma promessa não palpável de ideias, mas em práticas sociais e nas consequências práticas de tais ações nas localidades. Como na definição de Souza, o desenvolvimento é "simplesmente como um processo de aprimoramento gradativo das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva assentado, também, sobre a autonomia individual e coletiva." (SOUZA, 1996, p. 09).

Dessa forma, para um processo de desenvolvimento decolonial, é necessário que ocorra a viabilidade de leitura e prática de estratégias de desenvolvimento que possam reforçar a importância da identidade local. Uma ideia de si e do contexto que seja trabalhada de maneira não imposta, mas construída pela própria comunidade. Estas são algumas das propostas que apresentaremos em seguir.

“MODELOS” DE DESENVOLVIMENTO: EM BUSCA DE UMA ABORDAGEM DECOLONIAL

Nas diversas tentativas recentes de abordagem do desenvolvimento, o debate entre as variedades do capitalismo e o neo-desenvolvimentismo é demarcado como complementar ou contencioso. Neste trabalho buscamos pontuar a necessidade da retomada da perspectiva centro-periferia postada pela abordagem do sistema mundo onde o neoextrativismo, característico da posição da Amazônia nas dinâmicas globais, tem tido lugar. Esta retomada não é trivial. Explica-se. É somente nessa abordagem do sistema mundo que um pensamento crítico e autônomo, descolado das colonialidades epistêmicas, pode ser elaborado.

Tanto a abordagem centrada nas Variedades do Capitalismo (VOC) quanto a que interpreta os fenômenos do capitalismo a partir do neo-desenvolvimentismo se associam ao mainstream da literatura colonial.

A literatura de variedades do capitalismo (VOC) originou-se na análise das economias industrializadas buscando responder por que diferentes desenhos institucionais levavam patamares similares de eficiência sistêmica. Originada na obra de Hall & Soskice (2001), identifica domínios estratégicos para os problemas de coordenação que devem enfrentar os atores da política econômica, em especial as firmas. Em função das características desses domínios (governança corporativa, capacitação dos recursos humanos, relação com os empregados, relações interfirmas), os autores estabelecem uma diferenciação entre economias de mercado coordenado (CME) e economias liberais de mercado (LME).

Assim, as Variedades do Capitalismo se constituem numa abordagem que tem apresentado graus significativos de complexidade na análise do processo de globalização, mas sempre com a matriz colonial envolvendo as demais regiões. O maior mérito é reconhecer que as respostas frente à globalização não são unívocas. Nesse sentido, esta teoria contesta a premissa neoliberal de uma única modalidade de eficiência econômica. Apesar da ênfase na firma, ponto central da Variedade do Capitalismo, a

incorporação do papel do Estado na coordenação e regulação do mercado permite uma aproximação mais clara dos fenômenos da globalização em países situados às margens do núcleo dinâmico do capitalismo, mas tende a desconsiderar as dinâmicas históricas. (CERVO, 2001; 2003; BOSCHI & GAITÁN, 2008; DINIZ, 2010; SCHNEIDER, 2009; DOCTOR, 2010).

Em complementação a essa abordagem, a teoria neo-desenvolvimentista sustenta sua interpretação nas estratégias governamentais assumidas pelos governos latino-americanos pós-Consenso de Washington, sendo os objetivos mais amplos dessa estratégia resumidos pelo termo genérico "macroeconômico". Nesse sentido, as táticas são voltadas para a combinação de estabilidade, que inclui controle de inflação, taxa de câmbio e balanço de pagamentos sustentabilidade fiscal, baixas taxas de juros e redução de incertezas relacionadas à demanda futura, o que deveria proporcionar um ambiente mais estável para decisões de investimento desses governos (SICSÚ *et. al.*, 2007).

A realização dessas metas exigiria ações complementares de políticas monetária, fiscal, cambial e salarial (BRESSER-PEREIRA, 2003; 2005), visando restaurar o poder do estado de controlar a moeda, facilitar a implementação de políticas, promover a concorrência e apoiar melhorias na distribuição de renda (BRESSER-PEREIRA, 2005). No entanto o neodesenvolvimentismo insistiu, de fato, na consecução das políticas neoliberais, interpretando o Brasil como país onde havia potencial subutilizado significativo devido a ganhos de produtividade não realizados e que poderiam ser capturados através do crescimento econômico, incluindo economias de escala, maior emprego no setor privado (deslocando trabalhadores de menor produtividade), apoio estatal ao investimento privado e expansão em mercados externos. É neste último ponto que a Amazônia se inseriu nessa estratégia, como região central.

No entanto, ambas as abordagens deixam de lado outros contextos e se alinham a um *mainstream* de interpretação acerca da Amazônia que não considera a dinâmica da história regional como fator importante.

Nesse sentido, a perspectiva centro-periferia nos proporciona uma abordagem mais acurada, pois, assume como ponto de partida as lógicas contraditórias inerentes a qualquer modelo de capitalismo inserido no sistema global de acumulação espacialmente diferenciado. Na abordagem do sistema mundial, as noções de centro e periferia se referem ao posicionamento de economias espaciais específicas nas cadeias globais de produção e distribuição. Ao longo da história, surgiu um padrão em que os nós estratégicos dessas cadeias são articulados e manipulados de forma bastante consistente pelos capitalistas enraizados em alguns espaços que, assim, se tornam centros. Aos capitalistas enraizados nos espaços semiperiférico, periférico ou intermediário resta realizar operações menos benéficas ao contexto regional onde se situam. Esse padrão tende a ser historicamente durável o que significa que mudanças profundas no posicionamento de um ou outro espaço demandam estratégias incisivas. (WALLERSTEIN, 1974). Assim, ao assumir as contradições inerentes às formações centrais é possível refletir sobre o desenvolvimento a partir de uma especificidade espacial e temporária do sistema mundial abrangente.

Este trabalho busca analisar o modelo de desenvolvimento aplicado no oeste do Pará, em busca de pontos de compreensão de uma possível decolonialidade dos processos de desenvolvimento ou de sua possível ruptura epistemológica com o pensamento colonial e político, até mesmo pela desconexão da semântica de desenvolvimento, uma vez que o significado político ideológico que a palavra expressa está implícito. A linguagem é carregada de intenções. "Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização". (FANON, 2008, p. 33)

O CASO DE SANTARÉM/PARÁ - AMAZÔNIA BRASILEIRA

As perspectivas do desenvolvimento tem adentrado a Amazônia desde sua inserção no Sistema Mundo. Da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, construção de fortificações e migração planejada no século

XVIII (RAVENA & MARIN, 2013) até a inserção da região na cadeia global de alimentos através da soja (STEWART, 2007; BALETTI, 2011; 2012; SAUER & PIETRAFESA, 2013), as estratégias do Estado consistem em incluir a região nas dinâmicas econômicas globais como fornecedora de recursos naturais. Até o momento, as abordagens de desenvolvimento que embasam os planos e ações da região deixam de lado a dinâmica da história regional como fator importante e se alinham a um *mainstream* de interpretação convencional das teorias de desenvolvimento. Em tela, abordaremos a situação dos processos de desenvolvimento aplicados na região amazônica, em especial no oeste do Pará/Santarém, onde a dinâmica do sistema mundo se expressa com bastante nitidez.

Santarém

Santarém foi fundada sobre sítio de aldeamento indígena, estabelecido séculos antes da chegada portuguesa, que cada vez mais se torna conhecido por meio de pesquisas arqueológicas sobre os vestígios deixados pela cultura tapajônica (LOPES, 2017). Sua consolidação como cidade foi favorecida por sua localização no ponto médio entre Belém e Manaus, pelo comércio e navegação fluvial praticados na região e pela ocorrência de vários ciclos de produto, que se sucederam até que a Amazônia se integrasse ao restante do país, por meio, sobretudo, de rodovias (CORREA, 1987). Tal integração, contudo, foi pautada pela lógica desenvolvimentista, que posicionou a região como agrária, despovoada, e repleta de oportunidades de acumulação e de ativos considerados inesgotáveis (BECKER, 2013).

O direcionamento de assentamentos de reforma agrária ao longo da Rodovia Transamazônica, o genocídio das populações indígena, o financiamento a novos usos rurais pelos fundos nacionais multiplicaram a população e os preconceitos contra as formas de viver e os povos originais. A busca por terra como insumo para a produção, segundo a lógica capitalista, e a visão utilitarista da natureza – algo a ser explorado – resultaram na destruição da floresta e dos saberes ancestral sobre como reproduzi-la. A agenda do grande extrativismo – exploração mineral, exploração madeireira, agropecuária e produção de energia hidroelétrica – é um dos indicativos históricos da inserção subordinada da Amazônia na divisão social do trabalho nacional, e da prioridade dada ao crescimento econômico acelerado, ainda que pautado por atividades vinculadas à lógica produtiva industrial, mas que na sua manifestação periférica eram incapazes de gerar massa salarial, universalização do emprego, das condições de consumo e de cidadania, que eram interpretados como desenvolvimento naquela altura, e que também por isso geraram graves consequências socioambientais e aprofundaram as desigualdades originadas pela colonização portuguesa.

Nessa condição e ao longo de gerações, a população local adaptou-se aos novos valores de consumo, assimilou o desaparecimento de insumos como a madeira, ou de formas de biodiversidade e, gradativamente, os remanescentes de populações tradicionais dispersos e desarticulados foram desterritorializados (HAESBAERT, 2014) ou tornados invisíveis. Esse processo aconteceu na medida em que a disputa pela terra e a reestruturação produtiva do campo resultaram na supressão de vegetação, contaminação de água, desestruturação de solo, forçaram a urbanização da população. Monte-Mór (2004) afirma que a fronteira amazônica já nasceu urbana, pela forma como assentados rurais demandaram desde a chegada dos lotes urbanos, e pelo dimensionamento insuficiente dos lotes rurais planejados em ambiente de escritório sem nenhum conhecimento sobre as peculiaridades de produção no bioma amazônico. O migrante camponês assimilou rapidamente os padrões de consumo moderno, mas não teve acesso à cidadania, transformando-se em nova modalidade de excluído, além do nativo.

As formas com novas elites foram formadas por coalizões de atores sociais financiados pelo Estado, constituíram blocos de poder e privilégios econômicos e políticos muito compensadores (VENTURA NETO, 2017). No Sudeste Paraense, a transformação desencadeada pela ação dessas elites foi intensa e rápida, facilitada por toda a logística de transporte instalada para suporte da exploração mineral. Em Santarém, especificamente, houve mais resistência, até que a conexão rodoviária também transformasse a cidade em porto de exportação de grãos. A incorporação tardia pela agenda do agronegócio e o fato da mineração não ter extrapolado os garimpos, uma vez que as lavras para exploração mineral ainda são

pouco executadas na Região Oeste do Pará, permitiu mais tempo de resistência, e acúmulo de institucionalidades capazes de fazer mediações entre a modernização e a resistência tradicional (fundiárias e ambientais).

A criação de unidades de conservação e de soluções fundiárias comprometidas com a permanência da população nativa, tais como ocorre em reservas extrativistas, ou em projetos de assentamento agroextrativistas, em áreas indígenas, etc., permitiu que o padrão de dispersão secular do território (ocorrência de uma miríade de pequenas comunidades localizadas à curta distância umas das outras) fosse preservado até os dias de hoje.

Essa condição permitiu que em Santarém e no seu entorno a exuberância da biodiversidade e dos rios sustentassem legados de povos originários até o século XXI. Contudo, o modo de vida de extrativistas e caboclos foi estigmatizado como atrasado, a partir do destaque das suas carências e insuficiências quando comparado às métricas que se pretendem universais, oriundas das grandes metrópoles. Da perspectiva da população há a compreensão da abundância desse modo de vida e do interesse pela sua continuidade, mas não há associação entre a perda desses recursos e as modernizações que prometem progresso e crescimento econômicos acelerados.

A leitura externa de que as riquezas são mal aproveitadas (subutilizadas) é utilizada para justificar sua incorporação pelo mercado, sem que haja benefício para quem a preservou, ou consideração sobre os impactos decorrentes de sua exploração (SILVA, 2017).

A ação dos blocos de poder nutre o desejo da emancipação do oeste paraense para constituição do estado do Tapajós, e a partir dessa meta houve a emancipação do município de Mojuí dos Campos, do município de Santarém e a constituição da Região Metropolitana de Santarém, composta por Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, com distâncias médias entre essas sedes municipais da ordem de 30 km (GOMES, 2017). A expectativa de crescimento populacional e econômico, à exemplo do que ocorreu com as Regiões Metropolitanas localizadas em outras regiões do Brasil, é ingênua e ignora que os recursos de transporte e telecomunicações disponíveis já permitem que uma estrutura de serviços especializados, operante em cidades de médio porte, viabilizem operação de atividades conectadas globalmente em território remoto.

Sob a perspectiva do crescimento, foi constituída uma região metropolitana que conta com 2,36% de seu território ocupado pelas manchas urbanas das três cidades, em ocupação descontínua delimitada por formações do sítio (planalto santareno) e pela atividade camponesa/extrativista que produz os insumos da rica gastronomia local, em um arranjo com potencial virtuoso na medida em que ainda articula arranjos produtivos tradicionais com os padrões de consumo do centro metropolitano.

Contudo, entre Santarém e Belterra existe o Assentamento Agroextrativista Eixo Forte, que apesar da capacidade de entretenimento dos eventos que oferece à população da cidade (festivais gastronômicos, danças folclóricas, banhos de rio) vem sendo implementado por autoridades do governo local, que também lideram o setor imobiliário, e acreditam que as áreas ocupadas por comunidades extrativistas dentro da cidade de Santarém e na sua área periurbana deveriam ser reestruturadas para o turismo (OLIVEIRA & CARDOSO, 2017). Outra frente de pressão pela erradicação de comunidades quilombolas da área destinada ao novo porto da cidade – o Maicá.

As autoridades que cunharam a região metropolitana, agora fomentam a verticalização (implosão) do centro de Santarém, e a explosão de novas tipologias (*shopping centers*, conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, loteamentos de luxo, etc.), dentro da lógica de investimentos imobiliários de outras metrópoles, encobrendo as áreas periurbanas que sempre foram ocupadas pelos nativos (GOMES & CARDOSO, no prelo). A pressão pela valorização da terra urbana e rural, a expectativa de expansão urbana ao longo das estradas de conexão das três cidades e a inexistência de serviços de transporte público compatíveis com tais distâncias geram uma superposição de duas lógicas de forma absolutamente excludente para a população local.

Em 2017, esse processo foi coroado pela revisão do plano diretor de Santarém, pelo Projeto de Lei

1621/2017 submetido à Câmara de Vereadores de Santarém, que altera a Lei 002/2012 de Uso, Ocupação e Zoneamento do Solo transformando o Lago Verde de Alter do Chão em zona Urbana e libera a construção de prédios de até 19 metros, e por proposições de impacto ao sul da região, de autoria do Deputado Chapadinha, de redução da extensão da Flonas Jamanxim e Itaituba II, da APA Trairão e rebaixamento do Parque Nacional Jamanxim (PL 8107/2017) e da proposta de criação do Fundo Alter, um fundo de desenvolvimento para o agronegócio, gerido pelo Governo Federal, como forma de desconsiderar instâncias de controle da população local. Estas iniciativas abrangem as áreas localizadas ao longo da BR 163, rodovia que termina no porto da Cargill, localizado na margem do Rio Tapajós, na frente da cidade de Santarém.

Este porto expressa a forma como dentro do sistema mundo a Amazônia é integrada enquanto região subalterna aos propósitos do capital. As empresas Cargill e Louis Dreyfuss no oeste paraense induzem os pequenos produtores a um comportamento de submissão na lógico centro periferia através do discurso da cadeia de valor da soja e da violência da subsunção de seus modos de vida à lógica do agronegócio. Mojuí dos Campos condensa a dinâmica que envolve o deslocamento de agricultores familiares pelo mercado de terras que se processou através da construção da BR163. (CASTRO, 2005, 2008, 2012, COSTA, 2015; COSTA, 2017). A chegada da soja em Mojuí é acompanhada de toda a violência simbólica e material que a nova relação Estado-Mercado produz. Segundo Gayoso da Costa (2012) é com a chegada da soja que os fenômenos de deslocamento promovidos pelo aquecimento das operações de compra de terra para o cultivo da soja se intensificam. Nessa dinâmica a dimensão de colonialidade moderna com vistas à sedimentação do capital na Amazônia nos moldes das cadeias de valor se consolida através da expulsão dos pequenos agricultores.

Nas pesquisas de campo, realizadas em Mojuí dos Campos nos anos de 2017 e 2018, as entrevistas abertas com agricultores familiares e a observação participante de processos de discussão do sindicato acerca dos prejuízos causados pela cadeia da soja permitiram entrever de que forma a Variedade de Capitalismos se expressa na região. A orientação do Estado de instauração do mercado de terras e sua apropriação por agentes da cadeia da soja se imiscuíram no modo de vida dos agricultores de Mojuí até o ponto de sufocamento existencial que pressiona os agricultores a deixar esse território. A forma irresponsável como a cadeia da soja se comporta em relação ao uso de agrotóxicos na área de Mojuí revela a violência das ações das grandes empresas. Os aumentos de casos de câncer narrados pelos moradores, incluindo um bebê de 10 meses de idade, são um indicador de relevância na compreensão dessa violência que o cultivo da soja causa a esses grupos de agricultores. Com suas terras rodeadas por fazendas de soja, os agricultores de Mojuí vêem suas lavouras contaminadas, seus animais (patos e galinhas) mortos e seu adoecimento acontecer sistematicamente após a aplicação de agrotóxicos nas lavouras de soja. Esse é o sufocamento. Essa dinâmica também passa a movimentar os setores subalternos do capital que se movimentam na franja do agronegócio e que se concentram em operações destinadas ao setor urbano.

A maneira como a lógica financeira avança pela conversão de usos rurais e urbanos prepara terreno para as alianças entre o setor imobiliário e o setor hoteleiro, entre o setor mineral e o agronegócio, que desconsidera completamente o “combo” sociedade, biodiversidade, água e solo, inviabilizando a manutenção de formas de vida daqueles que sobrevivem graças à existência da floresta e da biodiversidade ameaçadas, e também, segundo tantas pesquisas publicadas na área da arqueologia, genômica, antropologia, etc., o manejo dessa riqueza produzida a partir do trabalho humano do decorrer de milênios.

A reprodução das formas de vida e das condições de sua existência garante, literalmente, a produção permanente de matéria e energia, que são utilizadas tão somente como matéria prima pelo mercado. O discurso da precariedade contribui para que as práticas da população local sejam consideradas como irrelevantes, e que não haja nada a ser reparado diante da magnitude das transformações planejadas. Contudo a leitura interna de povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ativistas sociais é de que tudo isso piorará a vida dos mais pobres, de forma mais aguda do que nas periferias urbanas já constituídas –

com degradação social, violência e crise; movendo-os a resistir e lutar para impedir a aprovação desses novos instrumentos.

Ao fim e ao cabo, a ação do grande capital financeiro, que move todas essas iniciativas, tem sido absolutamente disruptiva, pela velocidade e intensidade com que marcos legais e institucionalidades fundiárias vêm sendo transformadas (há a perspectiva de que todos os assentamentos sejam encerrados e tenham suas terras incorporadas ao mercado a partir da implantação da Lei 13.465/2017), para rapidamente implementar a agenda de privatização de áreas comuns e extinguir, não somente os índios, com também todos os seus herdeiros.

CONCLUSÃO

Este artigo discutiu, para além dos modelos tradicionais de desenvolvimento, a própria disputa pela definição do termo ‘desenvolvimento’, apontando os equívocos de se acreditar em modelos unívocos e contestando a premissa neoliberal de que exista uma única modalidade de desenvolvimento econômico ou de progresso possível. A partir do estudo de abordagens pós- ou decoloniais, buscou-se resgatar a perspectiva centro-periferia, como forma de denunciar as contradições do modelo capitalista de desenvolvimento aplicado ao oeste do Pará.

A análise de tal modelo de desenvolvimento, feita em conexão com as perspectivas decoloniais, é reveladora de um grande e persistente paradoxo. A aplicação de uma lógica chamada “desenvolvimentista” é geradora (ou aprofundadora) das desigualdades socioeconômicas e da estigmatização das populações tradicionais como atrasadas. A subordinação da Amazônia ao modelo tradicional de desenvolvimento, ao desconsiderar as dinâmicas históricas e culturais dessa região, em lugar de catalisar processos que possam promover o aprimoramento contínuo e gradativo das condições de vida dos diversos grupos sociais – em nome de mais felicidade (individual e coletiva) e de mais autonomia, para repetir as palavras de Souza (1996) – é responsável, paradoxalmente, pelo desrespeito aos saberes tradicionais e pela destruição das florestas, revelando o fracasso do modelo desenvolvimentista tradicional.

Este trabalho demonstra como é difícil fugir à lógica *mainstream* de desenvolvimento, a partir do caso de Santarém, cuja experiência é reveladora da subordinação do desenvolvimento societal aos interesses do mercado imobiliário, do mercado hoteleiro, do setor mineral e do agronegócio.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BALETTI, Brenda. Brazilian Soya: the argument against. **Nature**, v. 474, n. 7351, 2011, p. 285-285.

_____. (2012): Ordenamento Territorial: neo-developmentalism and the struggle for territory in the lower Brazilian Amazon. **Journal of Peasant Studies**. v. 39, n. 2, 2012, p. 573-598.

BECKER, Bertha. **Urbe Amazônica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BOSCHI, Renato; GAITAN, Flávio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. **Cadernos CRH** [online], v. 21, n. 53, 2008, p. 305-322. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a08v21n53.pdf>>.

BRASIL. **Lei Nº 13465**, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Brasil, 2017.

- _____. **PL Nº 8107/2017**. Altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará. BRASIL, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia republicana e participativa. **Novos estudos CEBRAP**, v. 71, 2005, p. 77-91.
- CERVO, Amado L. Política Exterior E Relações Internacionais do Brasil: Enfoque Paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional - IBRI**, v. 46, n. 2, 2003, p. 5-25.
- CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, 1987, p. 39-68.
- COSTA, Solange Maria Gayoso da. Sojicultura e mercado de terras na Amazônia. R. **Pol. Públ.**, São Luís, v. 19, n. 1, jan./jun, 2015, p. 173-185.
- COSTA, Francisco. Assis. Dinâmica fundiária na Amazônia: concorrência de trajetórias, incertezas e mercado de terras. p. 52-71. In: Maluf, R. S.; Flexor, G. (orgs). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, v.1, 2017.
- COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na Floresta**: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PGDSTU, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2012. 322f.
- DINIZ, Elis. Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento em países emergentes. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 1, jan-abril 2010, p. 7-27. Disponível em: < http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_1_1.pdf>.
- DOCTOR, Mahrukh. Is Brazilian Capitalism at an Institutional Equilibrium? A varieties of capitalism approach. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 1, jan-abril, 2010, p. 51-69. Disponível em: < http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_1_3.pdf>.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GALLET, Bertrand. Les enjeux de la coopération décentralisée. **Revue Internationale et Stratégique**, v. 1, n. 57, 2005, p. 61-70.
- GOMES, Taynara do Vale; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; OLIVEIRA, K. ; Coelho, H. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cadernos Metrópole**, v. 19, 2017, p. 891-918. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-4009/24337>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- GOMES, Taynara do Vale; CARDOSO Ana Cláudia. **Santarém**: o ponto de partida (ou de retorno) para o urbano utopia. URBE, v11, n1, no prelo.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brazil, 2014.
- KNUTSSON, B. The Intellectual History of Development towards a Widening Potential Repertoire. **Perspectives**, n.13, 2009. School of Global Studies - Göteborgs Universitet. Disponível em: http://www.gu.se/digitalAssets/1272/1272997_Perspectives_13.pdf
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Editora WMF, 2009.
- LOPES, Reinaldo José. 1499: o Brasil antes de Cabral. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. *Civitas*. **Revista de Ciências Sociais**. PUCRS: Porto Alegre, vol. 14, n. 1, jan-abr. 2014, p. 27-42. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16185/10957>

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, 2017, p. 12-32.

MONTE-MÓR, Roberto L. **Modernities in the jungle**: extended urbanization in the Brazilian Amazonia (tese de Doutorado). Urban Planning. Los Angeles: University of California, 2004.

NAYYAR, Deepak. **A corrida pelo crescimento**: países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

VENTURA NETO, Raul da Silva. **A (trans)formação socioespacial da Amazônia**: floresta, rentismo e periferia (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas: Unicamp, 2017.

OLIVEIRA, Kamila Diniz. CARDOSO, Ana Claudia Duarte. **Cartografias de invisibilidade em Santarém**: estudo de padrões espaciais e relacionamentos da população com espaços públicos/verdes. Relatório de Iniciação Científica. Belém: UFPA, 2017.

RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. **Varia historia** [online], vol. 29, n. 50, 2013, p.395-420. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752013000200002>>.

RIST, Gilbert. Development as a buzzword. **Revista Development in Practice**, vol. 17, N. 4–5, ago. 2007, p. 485-491. Disponível em: <<<https://pdfs.semanticscholar.org/1d6e/03b30fdb309aa121beac574d9833a32e71d5.pdf>>.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2004.

SANTOS, Renata Callaça Gadioli dos. **Gestão do território e diferenciais no desenvolvimento local em municípios Lindeiros da usina hidrelétrica de Serra da Mesa- Goiás** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SAUER, Sauer; PIETRAFESA, José Paulo. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013, p. 245-264.

SCHNEIDER, Ben Ross. **Comparing Capitalisms**: liberal, coordinated, network, and hierarchical varieties. Evanston IL: Northwestern University, 2008.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que um novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, 2007, p. 507–524.

SILVA, Harley. **Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2017.266f.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, jul-dez. 1996, p. 5-22.

STEWART, Corrina. From colonization to “environmental soy”: A case study of environmental and socio-economic valuation in the Amazon soy frontier. **Agriculture and Human Values**, v. 24, n.107, 2007, p. 107-122.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.